

UMA LEITURA CRÍTICA DE *A NOITE DA ESPERA*, DE MILTON HATOUM

Michelle Márcia Cobra Torre (UFMG)

RESUMO

O artigo discute o romance *A noite da espera*, de Milton Hatoum, o qual coloca em foco diversas questões que ecoam ainda hoje na sociedade brasileira, trazendo à cena a discussão da educação e das universidades, temas de importantes debates na contemporaneidade. Busca-se evidenciar como as mudanças impostas pelo regime militar às universidades, a perseguição a professores e a estudantes, bem como a resistência do movimento estudantil estão representadas no romance, assim como a repressão e a arbitrariedade imposta pelo governo. Visto que memória e esquecimento são práticas conjuntas e que circulam, nos dias atuais, discursos carregados de ecos do período ditatorial, o artigo propõe uma discussão sobre a memória e seus usos, com base em Paul Ricoeur, Nelly Richard, Michael Pollak, Hugo Achugar e Jacques Le Goff, além de dialogar com historiadores, no que diz respeito à relação da ditadura com as universidades. Defende-se que a obra de Hatoum, em um diálogo entre passado e presente, contribui para a formação do imaginário sobre a ditadura brasileira e seus desdobramentos, provocando uma reflexão sobre a construção do presente e do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: A noite da espera; memória; ditadura brasileira.

ABSTRACT

The article discusses Milton Hatoum's novel *The night of waiting*, which focuses on several issues that still echo in Brazilian society, bringing to the scene the discussion of education and universities, themes of important debates in contemporary times. It intends to evidence how the changes imposed by the military regime on universities, the persecution of teachers and students, as well as the resistance of the student movement are represented in the novel, as well as the repression and arbitrariness imposed by the government. Since memory and forgetfulness are joint practices and discourses laden with echoes of the dictatorial period circulate in the present days, the article proposes a discussion about memory and its uses, based on Paul Ricoeur, Nelly Richard, Michael Pollak, Hugo Achugar, and Jacques Le Goff, besides dialoguing with historians about the relationship between the dictatorship and universities. This article argues that the work of Hatoum, in a dialogue between past and present, contributes to the formation of the imaginary about the Brazilian dictatorship and its consequences, provoking a reflection on the construction of the present and the future.

KEYWORDS: The night of waiting; memory; Brazilian dictatorship.

A noite da espera, romance de Milton Hatoum, publicado em 2017, é o primeiro volume da série intitulada *O lugar mais sombrio*. A obra coloca em perspectiva a memória do personagem Martim, jovem que vivenciou os anos da ditadura na cidade de Brasília nos anos 1960 e 1970. No exílio, em Paris, Martim realiza uma leitura de suas anotações feitas naqueles anos em Brasília. A infância em São Paulo, a ausência da mãe, a juventude em Brasília, os amigos e a atmosfera de incertezas e de autoritarismo estão presentes na memória do personagem que reflete sobre os acontecimentos de sua vida em uma dimensão social, afetiva, cultural e também política.

Narrado em primeira pessoa, pelo personagem Martim, *A noite da espera* pode ser considerado como um romance de formação, uma vez que trata do percurso do protagonista, suas relações familiares, suas descobertas culturais e amorosas, ao longo de sua adolescência, dos anos finais do ensino médio aos primeiros anos da universidade.

Entre mudanças e perdas que o protagonista sofre, a narrativa inicia-se com a separação dos pais e a ida para Brasília. Na nova cidade, onde vai viver com o pai, Martim se interessa por literatura e artes. Ele se envolve com um grupo de estudantes, que também são atores de teatro e fundam a revista *Tribo*. As discussões dos estudantes são sobre literatura, teatro, o movimento estudantil e as arbitrariedades do regime, especialmente em relação às mudanças impostas à universidade.

O romance de Hatoum coloca em foco diversas questões que ecoam ainda hoje na sociedade brasileira, trazendo à cena a discussão da educação e das universidades, tema de importantes debates na contemporaneidade. As mudanças impostas pelo regime militar às universidades, a perseguição a professores e a estudantes, bem como a resistência do movimento estudantil estão representadas no romance, que traz à cena a Universidade de Brasília e seus professores, os quais sofrem com a repressão e a arbitrariedade imposta pelo governo. Dessa forma, o romance em questão contribui para a formação do imaginário sobre a ditadura brasileira e seus desdobramentos, bem como auxilia na compreensão desse período.

A cidade de Brasília, no romance, é um lugar de contrastes, de políticos que apoiam os militares, a alta burocracia estatal, e dos que vivem na miséria, moradores das cidades-satélites.

Mas não são apenas políticos que defendem e apoiam o regime, também há aqueles cidadãos que estão de acordo com as regras impostas pelo governo à sociedade, como Rodolfo, pai do personagem Martim, que, ao longo da narrativa, torna-se cada vez mais distante do filho.

Nos últimos anos, várias pesquisas têm defendido que houve participação civil na construção e na manutenção da ditadura brasileira, estendendo, dessa forma, a responsabilidade para a sociedade. Assim, pesquisadores brasileiros¹ defendem que o regime vigente de 1964 a 1985 seja caracterizado como ditadura civil-militar. Novas discussões em torno do tema surgiram nas academias brasileiras, que tentam compreender as complexas relações entre ditadura e sociedade. Percebe-se que a questão é complexa e envolve além da cultura política de um país, a memória que se construiu e que se deseja construir. No momento atual vivenciado pelo país, obras literárias, históricas, jornalísticas e demais produções que lancem luz ao período ditatorial, empreendendo uma apropriação crítica desse passado político, em diálogo com o presente, são imprescindíveis para a construção do presente e do futuro da democracia, pois diversos discursos com ecos desse passado circulam em nossa sociedade de forma cada vez mais contundente.

O romance de Milton Hatoum inicia com o personagem Martim exilado em Paris, cidade em que sobrevive dando aulas particulares de português e tocando violão no subterrâneo por onde circulam os metrô. O personagem reflete sobre sua condição de exilado, a falta de ouvir palavras em língua portuguesa, o frio da cidade e as lembranças inquietantes de seu país de origem. Para Martim, que se encontra longe do Brasil, “o pensamento de um exilado quase nunca abandona seu lugar de origem. E não apenas por sentir saudade, mas antes por saber que o caminho tortuoso e penoso do exílio é, às vezes, um caminho sem volta” (HATOUM, 2017, p. 14-15). Além disso, Martim reflete que “nem tudo é suportável quando se está longe... A memória ofusca a beleza desta cidade” (HATOUM, 2017, p. 13). Logo nas primeiras páginas do romance, o personagem fala sobre sua memória evocando lembranças, que fazem parte dos anos vividos em Brasília:

¹ Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Rodrigo Patto Sá Motta, Beatriz Kushnir, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes são alguns dos pesquisadores que defendem essa concepção.

A quietude foi assaltada por lembranças de lugares e pessoas em tempos distintos: Lázaro e sua mãe no barraco de Ceilândia, a voz do Geólogo no campus da Universidade de Brasília, a aparição de uma mulher no quarto de um hotel em Goiânia, o embaixador Faisão recitando versos de um poeta norte-americano (HATOUM, 2017, p. 12).

Essas lembranças de pessoas e lugares, que irão aparecer ao longo da narrativa, assim como o rosto de Dinah, namorada de Martim em Brasília, rosto seguido pelo personagem em outros rostos da cidade francesa, aparecem em sonhos, nas anotações escritas em diversos cadernos, cartas e diários, bem como assaltam Martim na solidão de seu estúdio. Martim começa a datilografar os manuscritos desordenados o que o leva a percepções sobre os acontecimentos daquele período. As anotações evocam lembranças e com elas a percepção de lacunas, as tensões entre a memória e o esquecimento são percebidas no romance.

Em relação à memória, Nelly Richard, em *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*, explica que quando a democracia foi restabelecida no Chile, vários discursos sobre a memória vieram à tona, juntamente com as tensões entre esquecer e recordar, assim como outras questões mais complexas em relação à memória. Segundo Richard:

Uma vez descartada a “igualação amnésica da história que é, entre outras coisas, uma ofensa ao presente”, resta por imaginar o trabalho de uma memória que não seja a memória passiva da lembrança reificada, mas uma memória-sujeito capaz de formular enlaces construtivos e produtivos entre passado e presente, para fazer explodir o “tempo-agora” (Benjamin), retido e comprimido nas partículas históricas de muitas recordações discrepantes, sobre as quais silenciaram as memórias oficiais (RICHARD, 2002, p. 69).

No Brasil, nas batalhas pela memória, o que se percebe nas discussões acadêmicas é a oscilação entre uma memória em que o Estado deve ser responsabilizado e outra em que a sociedade civil compartilha com o Estado a responsabilidade. Na obra do historiador Marcos Napolitano, *1964: História do regime militar brasileiro*, publicada em 2014, as tensões das lutas pela memória se intensificavam com projetos do governo, como o “Memórias Reveladas”, que enfatizava a memória dos perseguidos pelo regime, dando respaldo à memória de matriz esquerdista, o que reacendeu as discussões sobre as responsabilidades políticas tanto da esquerda quanto da direita.

Nos dias atuais, as batalhas da memória sobre a ditadura brasileira são um campo de disputas cada vez mais acirradas, envolto em tensões. O apagamento institucionalizado, o esquecimento forçado, conduzido por aqueles que levam a cabo uma “desmemória” da ditadura se agrava na contemporaneidade. Na sociedade brasileira ganham força discursos que trabalham para a neutralização da história crítica sobre a ditadura brasileira. Discursos que permaneceram nas dobras da sociedade brasileira vêm à tona na contemporaneidade, fortalecidos pela emergência de outros discursos que mostram uma face cruel do país. O autoritarismo, a violência e a democratização incompleta são legados da ditadura que deixou vestígios em nossa sociedade que não se apresentam como resquícios, mas como presença marcante.

Ressalte-se que tanto a história quanto a literatura podem propor novas leituras sobre o passado, abordando discursos ou personagens marginalizados pelas vertentes historiográficas hegemônicas. Nessa perspectiva, ambas se relacionam com a memória e o esquecimento. Novas abordagens históricas podem servir de inspiração para a literatura, bem como a literatura, ao trabalhar elementos de uma história silenciada ou marginalizada pode promover o interesse e o aprofundamento dos estudos históricos.

Ao se valerem da memória, história e literatura abrem a possibilidade para a manutenção ou o esquecimento, bem como ajudam a forjar ou a transformar imaginários e identidades. Essa questão se relaciona com a memória coletiva seja de um grupo, seja de um país. Importa ressaltar que os “usos e abusos” da memória e do esquecimento por grupos detentores de poder levam à marginalização de memórias e ao despojamento da capacidade dos sujeitos narrarem suas histórias. Em contrapartida, o conceito de “memórias subterrâneas”, de Michael Pollak, e a ideia de “direitos de memória”, de Hugo Achugar, atentam para o surgimento, na cena pública, de sujeitos que reivindicam narrar essas memórias que foram silenciadas por muito tempo e que, na contemporaneidade, correm o risco de serem novamente submersas.

No tocante à memória e ao esquecimento, vale trazer à discussão as considerações do filósofo francês Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*. O filósofo defende que não temos outro recurso, no que diz respeito à referência ao passado, senão a própria

memória, pois ela é nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo que declaramos nos lembrar. Assim, “seria preciso distinguir, na linguagem, a memória como visada e a lembrança como coisa visada” (RICOEUR, 2007, p. 41), pois a memória possui um caráter objetual, uma vez que quando nos lembramos, lembramo-nos de alguma coisa. Segundo Ricoeur, as lembranças estão no plural, pois temos uma multiplicidade de lembranças, e “a memória está no singular, como capacidade e como efetuação” (RICOEUR, 2007, p. 41).

Para Santo Agostinho, citado por Ricoeur, o esforço de recordação relaciona-se à ideia da luta contra o esquecimento, contra o temor de “sepultamento” no esquecimento. De acordo com Paul Ricoeur, Santo Agostinho traz em seu pensamento a questão paradoxal que envolve o fato de não ser possível se referir ao esquecimento sem se lembrar desse, pois o reconhecimento daquilo que foi esquecido somente seria possível por meio da lembrança do esquecimento, ou seja, o paradoxo consiste em lembrarmos que esquecemos de algo. Desse modo, comenta Ricoeur, a ideia de Santo Agostinho resulta em um enigma, segundo o qual o esquecimento seria simplesmente uma espécie de barreira que dificultaria a evocação das lembranças, ou o esquecimento seria consequência do desgaste, ocasionado pelo tempo, dos rastros dos acontecimentos que vivenciamos.

De acordo com Ricoeur, o esquecimento continua “a ser a inquietante ameaça que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história” (RICOEUR, 2007, p. 423). Memória, história e esquecimento, segundo Ricoeur, são fenômenos relativos ao passado, sendo “o passado, em sua dupla dimensão mnemônica e histórica que, no esquecimento, se perde; a destruição de um arquivo, um museu, uma cidade - esses testemunhos da história passada - equivale a esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 300). Paul Ricoeur comenta sobre as relações entre a história e a memória, que de um lado há a pretensão da história de reduzir a memória a um objeto, os “novos objetos” dos *Annales*, de outro, há a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés dos abusos de memória, que são as comemorações impostas pelos grupos políticos que detêm o poder.

Na prática conjunta da memória e do esquecimento, segundo Paul Ricoeur, importa ressaltar a questão dos usos e abusos da memória², que também envolvem o jogo entre a história e a memória. O exercício da memória é o seu uso, que abre a possibilidade para os abusos, que resultam de uma manipulação da memória e do esquecimento por detentores do poder.

Na manipulação da memória, um componente importante é a ideologia, que por meio de seu discurso justificador do poder, da dominação, mobilizam recursos de manipulação para impor suas narrativas. Assim, os detentores do poder podem se valer de narrativas para se legitimarem. As narrativas podem ser de fundação, de glória e de humilhação. De acordo com o filósofo, “a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente” (RICOEUR, 2007, p. 98). No plano institucional, a memória exercida é uma memória ensinada, forçada a exercer a rememoração de acontecimentos tidos como fundadores dessa história e da identidade que a encerra. A história é ensinada e celebrada. Mas como Ricoeur ressalta, a propósito de Todorov, os abusos não são cometidos apenas por regimes totalitários, sendo o apanágio de todos os devotos da glória.

Saliente-se que na constituição das identidades comunitárias o perigo maior, sugere Ricoeur, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada (a história oficial). O uso dessa narrativa pode se tornar uma armadilha quando é imposta uma narrativa canônica que despoja outros atores sociais do poder de narrarem a si mesmos, o que é uma forma de esquecimento sofrida.

O sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak, no artigo intitulado “Memória, esquecimento, silêncio”, traduzido e publicado no periódico *Estudos Históricos*, interessa-se pela memória coletiva, pensando os processos e os atores que interferem na constituição e na formalização das memórias. O autor se apoia na história oral, que busca analisar os excluídos, os marginalizados e as minorias, ressaltando como as “memórias subterrâneas”, que seriam as memórias desses grupos excluídos da “memória oficial,” divergem desta. Pollak explica que

² A expressão “abusos de memória” é tomada, por Paul Ricoeur, de Tzvetan Todorov.

sua análise enfatiza o caráter de destruição, de uniformização e de opressão da memória coletiva de cunho nacional. Assim, segundo Pollak, as “memórias subterrâneas”, que trabalham de forma silenciosa, sendo passadas entre as gerações, podem vir à tona em momentos de crise, o que provoca uma disputa entre as memórias.

De acordo o autor, nos momentos de mudanças críticas na história, as memórias subterrâneas, tidas como proibidas e clandestinas, emergem trazendo consigo ressentimentos acumulados ao longo do tempo e contra uma memória da dominação. Quando tais memórias marginalizadas invadem a cena pública suas reivindicações também se agregam à disputa entre as memórias que emergiram. Para ele, “o longo silêncio, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 3). Ele ressalta que essas relações podem ocorrer tanto entre Estado e sociedade civil, quanto entre a sociedade civil como um todo e os grupos minoritários. Pollak aborda diversos exemplos de “memórias subterrâneas” que sobreviveram, sendo transmitidas por familiares, por redes de sociabilidade ou por associações e que, ao retornarem ao espaço público, colocaram em xeque a memória oficial forjada.

Michael Pollak, apoiando-se nas considerações do historiador Henry Rousso, explica que na organização da memória coletiva são definidos e reforçados os sentimentos de pertencimento a uma dada coletividade, sendo que as referências a um passado comum servem para manter a coesão dos grupos e definir o lugar desses grupos, ou seja, fornece-se um quadro de referências ao grupo. Esse procedimento é definido como “memória enquadrada”, assim, há um trabalho de enquadramento da memória em que se forjam imagens de grupos. O material da história serve como fonte para o processo de enquadramento, sendo selecionado e interpretado, combinando-se a outras referências existentes, num trabalho em que a meta é manter as fronteiras sociais, mas também incluir as disputas da memória, reinterpretando o passado de forma a produzir discursos coerentes. Nesse sentido, aqueles que não se reconhecerem nessa imagem não irão desenvolver um sentimento de pertencimento ao grupo, abalando sua identidade individual.

Os rastros do trabalho de enquadramento são a produção de discursos sobre eventos e personagens, bem como o patrimônio material respaldado por leis e decretos, produtos

culturais como filmes de ficção, filmes-testemunho e documentários. Segundo Pollak, tal trabalho de enquadramento provoca um rearranjo da memória coletiva, o que é essencial para manter a perenidade das estruturas da sociedade. Mas as memórias deixadas às margens do enquadramento podem ser minimizadas ou até eliminadas pela memória coletiva, nesse momento, a imagem oficial do passado entrará em conflito com as lembranças individuais. Pollak explica que a prática da história oral possibilita a reconstrução de histórias de vida e de identidades, levando o indivíduo a redefinir o seu lugar dentro de uma dada sociedade, uma vez que essa metodologia provoca uma reflexão sobre a questão de falar sobre o seu passado, pois descortina um trabalho de gestão da memória.

De acordo com o crítico uruguaio Hugo Achugar, na obra *Planetas sem boca*, como a memória organiza relatos e histórias, ela está presente nas preocupações acerca da transmissão do que estava esquecido ou silenciado. A investigação do passado é uma forma de recuperar ou corrigir a memória. Desse modo, os usos do passado e do futuro são centrais na transmissão da memória, seja a memória do passado ou do presente, sendo isso o que ocorre em toda narrativa histórica ou ficcional. Assim, a memória deve ser considerada como mediadora do passado, do presente e do futuro, viva e diferente de qualquer outro arquivo. A memória é como uma construção cultural do presente, explica Achugar.

Nesse sentido, ao indagar-se sobre a razão de se insistir ainda hoje no século XXI na investigação de imaginários, de escrituras, de datas e de heróis dos Estados-nação americanos, segundo Achugar, dentre muitas respostas, uma que pode ser formulada é a que propõe a necessidade de repensar ou re-fundar os Estados Nacionais. Pode-se pensar também que reler os fatos, discursos e imaginários que construíram os Estados Nacionais latino-americanos possibilita revisar o processo de construção dos sujeitos históricos que atuaram e modelaram o século XX e, também, revisar quais são os sujeitos históricos do presente e aqueles que estão atuando no século XXI.

Hugo Achugar se baseia em *Hamlet*, de Shakespeare, para formular a ideia de “direitos de memória”. Segundo o crítico, o vazio de legitimidade de uma velha ordem exige que haja pronunciamentos que legitimem o estabelecimento da nova ordem. Em *Hamlet*, com a morte do protagonista, Horácio é encarregado de relatar a sua História, mas Fortinbrás reivindica

seus direitos de memória sobre o reino. No caso da peça de Shakespeare está ocorrendo a passagem de um reino a outro, enquanto que na América Latina, adverte Achugar, na passagem da velha para a nova ordem, ocorreram rupturas e o processo teve uma duração mais prolongada. O crítico se refere aos processos de independência da América Latina. Ele também salienta que esse fenômeno ocorre em situações de encerramento de tempos históricos e modos de organização, citando o momento da pós-ditadura. Assim, na passagem da velha para a nova ordem, produz-se um vazio de legitimidade, que deve ser preenchido em função da nova situação gerada, pressupondo uma releitura e uma reconstrução através de uma nova narrativa. No sentido apreendido por Hugo Achugar, grupos antes silenciados insurgem na cena político-social em busca de revisar o passado como formas de uso do presente e do futuro, lutando para exercerem o direito de constituir a memória de seu país, reagindo contra o esquecimento.

Memória e poder estão imbricados nas relações que se estabelecem com os usos que os grupos fazem do passado e do futuro. Os usos da memória e do esquecimento se configuram como instrumentos de poder de grupos ou indivíduos, pois há aquelas memórias que permanecem no meio social durante longos períodos, enquanto outras são “esquecidas”, silenciadas, soterradas. História, memória e esquecimento se relacionam nos momentos de disputas, já que o vencedor terá sua memória perpetuada na história, silenciando e fazendo com que seja esquecida a memória do vencido. Nesse sentido, “assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1994, p. 225). Walter Benjamin aconselha ao materialista histórico que se desvie e escove a história a contrapelo, escavando a partir do presente, outras histórias, outras experiências do passado, dotando-as de sentido.

Na esteira da discussão das relações da memória com o poder, vale trazer algumas das considerações do historiador Jacques Le Goff:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os

silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 390).

O historiador francês ressalta que, embora a memória coletiva seja parte essencial de nossa identidade individual ou coletiva, ela também é um instrumento de poder, e a constituição de arquivos e museus, na contemporaneidade, não está isenta das relações entre memória e poder. Os criadores e os denominadores da memória coletiva, Estados, grupos sociais e políticos criam seus arquivos e museus em função dos usos diferentes que fazem da memória.

As disputas pelo domínio das representações do passado brasileiro não se restringem apenas às batalhas pela memória e pelas representações, passando pelo uso político, que pode implicar consequências graves para a sociedade, ao impor esquecimentos e silêncios à história crítica da ditadura, levando ao retrocesso de democracias, pela escolha de representantes políticos que defendam regimes autoritários. Nesse sentido, são de extrema importância obras artísticas, jornalísticas e históricas que discutam os traumas da ditadura vivenciada pelo país, que tragam à tona as memórias heterogêneas do passado, que atuam no presente, e que lancem luz a esse período sombrio de forma que discursos que defendam ou que se esforcem para o apagamento do passado ditatorial brasileiro sejam combatidos.

O romance *A noite da espera*, de Milton Hatoum, lança luz a esse passado ditatorial e traz à tona questões da atualidade brasileira no que diz respeito, em especial, à educação. A história de Martim se assemelha à de tantos outros estudantes que vivenciaram esse período em colégios e universidades, sendo observados em todas as suas ações por infiltrados do regime. Os estudantes do romance são de classes sociais diferentes, não participam da luta armada, mas assumem-se como resistência à ditadura. Alguns são do movimento estudantil, que reivindica a volta de professores expulsos da universidade pelo regime. Nas aulas, vários conteúdos são censurados, filmes são censurados, leituras e debates são proibidos.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, na obra *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*, depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as universidades foram consideradas pelo governo ditatorial como os alvos prioritários de suas ações de repressão, uma vez que, na concepção do regime, “as universidades se tornaram

ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas” (MOTTA, 2015, p. 41). Desse modo, as ações repressivas à comunidade universitária foram constantes durante o regime. A chamada operação limpeza, de 1964, demitiu ou afastou cerca de 100 professores universitários, assim como vários outros acabaram abandonando os cargos devido à repressão. Entre os anos de 1969 e 1970, o governo ditatorial demitiu ou aposentou em torno de 120 professores de universidades públicas. Muitos estudantes também foram presos ou expulsos das universidades. Em 1970, foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), agências próprias para as universidades, o que levou a um maior controle do que ocorria na academia, censurando eventos, publicações e a circulação de livros. Tais agências também eram responsáveis pela divulgação de propagandas que combatiam a circulação de ideias de esquerda.

No romance de Hatoum, a atmosfera em Brasília é de tensão, pessoas são perseguidas e há delatores do regime em toda parte, sempre à espreita. Os ecos dos Atos Institucionais, especialmente o AI-5, são percebidos ao longo de todo o romance. Os comentários entre os políticos e pessoas ligadas ao governo dizem que as coisas estavam prestes a piorar. Os discursos e as ações dos estudantes no campus são reprimidos com violência pela polícia. Em 1968, o campus da Universidade de Brasília é invadido e ocupado pela polícia. Martim escreve em seu diário sobre o episódio:

Numa quinta-feira de agosto, quando o campus da UnB foi invadido e ocupado, professores, alunos e deputados da oposição foram espancados e presos, os laboratórios dos cursos de medicina e biologia, destruídos, os animais na mesa de cirurgia agonizaram até a morte, um estudante de engenharia foi baleado na testa... As incursões da polícia ao campus continuaram até o fim do semestre (HATOUM, 2017, p. 54).

Durante um discurso dos estudantes no campus, em que o personagem Geólogo acusa o suposto professor de antropologia Romero Blanco de ser um dos contatos entre a reitoria e a repressão, pessoas são presas por seguranças que surgem no campus, pois agentes à paisana estavam infiltrados. Uma confusão se instaura quando bombas de gás são lançadas contra os estudantes, como lembra Martim, ao ler seus cadernos:

A primeira bomba de gás caiu perto do corpo de Lázaro, a fumaça me cegou por um instante, consegui tocar as costas de Dinah, mas fui empurrado e caí; quando levantei, os estudantes se dispersavam aos tropeções na fumaceira de outras bombas de gás, não vi Dinah nem o Nortista, corri num ritmo tão veloz que mal sentia as pernas. Não sei quanto tempo corri nem onde estava deitado (HATOUM, 2017, p. 123).

Nas reflexões de Martim, em seu estúdio na Paris de 1978, empreende-se um trabalho de retomada do passado, por meio das anotações dispersas em cadernos, diários e cartas, sendo que o reencontro com o passado leva o personagem a uma busca de compreensão de seu percurso e de suas relações afetivas. A relação de Martim com os pais perpassa todo o romance, enquanto o personagem busca o reencontro com a mãe, que não pode estar com o filho, o relacionamento com o pai torna-se cada vez mais distante. O personagem Martim comenta sobre seu pai, Rodolfo, após ler suas anotações, que “depois de ler as poucas palavras no caderno de 1971, não sei nomear o sentimento de Rodolfo em relação a mim. O que podia ser? Meu pai me cercava e intimidava com um silêncio bruto, que me emparedava” (HATOUM, 2017, p. 127). E mais à frente reflete: “Talvez não fosse desprezo. Seria indiferença?” (HATOUM, 2017, p. 128). Outro elemento do romance, a paisagem, também dialoga com a relação entre Martim e o pai. A paisagem de Brasília, na percepção de Martim, é descrita como um planalto árido, um lugar que parecia estar abandonado, o que pode ser entendido como o distanciamento que o filho sente em relação ao pai, a falta de afeto e de diálogo entre os personagens.

Em relação à mãe de Martim, Lina, após a separação do casal, a personagem irá viver com outro homem, e mantém a comunicação com o filho por meio de cartas que são intermediadas pelo tio e pela avó. A última vez que os dois se veem é em São Paulo, antes da viagem de Martim para Brasília, quando o protagonista está com dezesseis anos. A impossibilidade de Lina encontrar-se com o filho não é revelada nesse volume da série de Milton Hatoum. O personagem Martim persegue a figura da mãe e o desejo do reencontro é frustrado na noite da espera, quando Lina marca um encontro em um hotel, mas não consegue viajar para ver o filho. Em Paris, Martim pensa sobre aquela noite em que o encontro com a mãe não ocorreu:

Anoitecia. Liguei a cobrar para o meu tio, ninguém atendeu, tentei de novo às dez, quando a morbidez e a angústia escureciam meu pensamento. Ainda bem que Faisão me dera esse livro, a leitura do romance me enfeitiçou naquela noite angustiante, em que deitaria ao lado da minha mãe, de mãos dadas ou abraçados, havia tanto tempo eu não sentia o corpo dela e não escutava sua voz, nosso último encontro na Flor do Paraíso adquiria outro significado, a distância e o tempo constroem artifícios (HATOUM, 2017, p. 96).

A relação afetiva de Martim com os pais dialoga com a situação política vivida pelo país no momento da ditadura. Tal como comenta o personagem, no dia da noite da espera da mãe que não chegou, ele avança na leitura de um livro de Flaubert e para na cena de um assassinato, “uma dupla traição, afetiva e política” (HATOUM, 2017, p. 96). O pai de Martim é ufanista, defensor do regime militar e coleciona fotografias dos generais. O personagem reprime o filho, que não sabe se o pai sente por ele indiferença ou desprezo, sendo que a relação dos dois cada dia é mais abismal. O pai representa essa face do regime político, a face fria e cruel, que sufoca os cidadãos, tratando suas vidas com desprezo e construindo um abismo entre a sociedade e o governo. A frase do personagem em que evoca a questão da traição, dialoga, em uma dimensão política, com o golpe civil-militar de 1964 e a instauração da ditadura. Martim se sente traído pela mãe, que deixa a casa para viver com o amante, daí a dupla traição.

Mas a espera da mãe em uma longa noite, de vigília, “à espera da mulher que bateria à porta e dormiria ao meu lado” (HATOUM, 2017, p.98), mesmo sabendo que ela não viria, conduz o personagem a uma grande frustração. A espera se dá durante a noite, ou seja, momento em que a escuridão prevalece, o que pode sugerir uma relação com o período político vivido pelo país. A figura inalcançável da mãe, e a longa espera, levam a uma possível leitura da existência de uma utopia calcada no fim da ditadura, esperada por muitos setores da sociedade, que aguardavam com afincos o dia em que finalmente a democracia retornaria ao país, democracia que ficara na memória de um tempo passado, e que era perseguida pelos que lutavam contra a ditadura.

Segundo Nelly Richard, “a experiência da pós-ditadura amarra a memória individual e coletiva às figuras da ausência, da perda, da supressão, do desaparecimento” (RICHARD,

2002, p. 79). Em relação aos detidos e desaparecidos da ditadura brasileira, o romance aborda a detenção do grupo de jovens que produziam a revista *Tribo*, periódico dedicado à literatura e outras artes. Martim também faz parte da revista, mas não é detido porque chega atrasado ao encontro do grupo. Quando o protagonista se aproxima do local, onde ocorria a reunião da revista, presencia a cena mórbida:

Na calçada do Cine Cultural vi a placa luminosa da Super Comfort, senti um arrepio mórbido e me refugiei sob a marquise do cinema. Meus amigos e outros participantes da *Tribo*, enfileirados, de braços erguidos ou com as mãos na nuca, entravam devagar num camburão. Conteí oito ou nove pessoas, reconheci apenas Fabius e Vana. Um policial à paisana, baixo e atarracado, segurava o braço de uma moça que tentava se afastar da fila (HATOUM, 2017, p. 228-229).

Em Paris, os rostos dos que ficaram para trás aparecem em sonhos e em outros rostos da cidade. Martim, durante a escrita no exílio, reflete sobre os amigos, “quase todos distantes; alguns perdidos, talvez para sempre” (HATOUM, 2017, p. 17). A partir da prisão do grupo da revista *Tribo*, Martim viaja para São Paulo e depois para fora do país, pois corria risco de ser detido a qualquer momento. Na concepção de Martim, quando do abandono de Brasília, “já começava a ver a capital e o meu passado com olhos de desertor, me sentia culpado e acovardado por fugir, por não ter ido à reunião da *Tribo* na hora marcada” (HATOUM, 2017, p. 236). O sentimento de Martim, enquanto narra suas memórias sobre aquele momento é de que havia traído seu grupo de amigos, pois não estava com eles durante a prisão. O tema da traição aparece mais uma vez no romance, pois agora é o próprio Martim quem deixa a cidade e as relações ali construídas. Nas reflexões sobre esse último momento descrito no primeiro volume da série *O lugar mais sombrio*, Martim sente que: “uma parte da minha vida saía de mim, o coração dividido pela amargura e a esperança” (HATOUM, 2017, p. 236). Amargura pelo regime que o obrigou a deixar seu país, Dinah e seus amigos, que talvez estivessem perdidos para sempre, nos porões da ditadura. A esperança do personagem estava em reencontrar sua mãe, mas sabe-se que ele não a encontra em São Paulo, pois, no início do romance, ele ainda busca informações sobre o paradeiro de Lina.

À luz das ideias expostas, pode-se considerar *A noite da espera*, de Milton Hatoum, uma obra que traz questões atuais que devem ser debatidas pela sociedade brasileira, em um diálogo entre passado e presente, pois como ressaltou Paul Ricoeur, memória e esquecimento são práticas conjuntas, assim, discursos, que circulam nas sociedades contemporâneas podem mobilizar recursos para impor suas narrativas, desautorizando ou mesmo provocando o apagamento de outras narrativas. Na sociedade brasileira contemporânea, em que circulam discursos que defendem o autoritarismo, exaltam o período ditatorial e se mobilizam para o apagamento das atrocidades cometidas pelos governos militares, faz-se necessário que surjam narrativas, como a de Hatoum, que trazem à luz as arbitrariedades do regime ditatorial, e suas consequências para a sociedade, como uma maneira de se refletir sobre a construção do presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura.** Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HATOUM, Milton. **A noite da espera.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 7 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.
- RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política.** Tradução de Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria.** Traducción de Miguel Salazar. Barcelona: Paidós, 2015.